



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho
Estrada de Muzambinho, Km 35, Morro Preto, MUZAMBINHO / MG, CEP 37.890-000 - Fone: (35) 3571-5051

TRE Nº35/2021/SCCC/CGAF-MUZ/MUZ-DAP/MUZ/IFSULDEMINAS

TERMO DE REFERÊNCIA

Cotação Eletrônica Nº 06/2021
PROCESSO: 23346.000839.2021-75

Data: 19/05/2021

Horário: Até às 16:30hs

1 OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem como finalidade a aquisição “**AQUISIÇÃO DE VACINA DE FEBRE AFTOSA**”, para atender aos Setores da Coordenação Geral de Produção, conforme especificações e exigências constantes deste Termo de Referência e Anexo I.

2 DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1 As especificações contidas neste Termo de Referência da Cotação Eletrônica em nenhum momento serão substituídas pelas descrições resumidas, constantes no Aviso divulgado no site www.comprasnet.gov.br. Em caso de divergência nas especificações, prevalecerão as do Anexo I da Cotação Eletrônica, dos avisos e esclarecimentos lançados no Comprasnet e na página do IFSULDEMINAS-Campus Muzambinho na página de licitações www.muz.ifsuldeminas.edu.br na aba “LICITAÇÕES E CONTRATOS” ou no link: <https://www.muz.ifsuldeminas.edu.br/dispensas-e-cotacoes-eletronicas>.

2.2 A proposta de preços deverá ser apresentada em moeda nacional, preços unitários e totais, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 casas decimais após a vírgula (ex. R\$ 0,01), observando-se as especificações necessárias indicadas no Anexo I, presumindo-se estarem inclusos os encargos que incidem ou venham a incidir sobre o objeto licitado, incluindo todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, taxas, transportes, entrega no local, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

2.3 O critério de julgamento será pelo menor preço por ITEM.

2.4 Será habilitada a Licitante que apresentar durante a habilitação da Cotação Eletrônica, a seguinte documentação: Certidões Fiscais Federais, CNDT regularizadas bem como Relatório do CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CGU), do CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ) e do Cadastro de Inidôneos e Cadastro de Inabilitados (TCU) demonstrando que a empresa não possui nenhum impedimento.

2.4.1. A Licitante vencedora deverá enviar via correio eletrônico proposta formalizada contendo: especificação detalhada do item, preço unitário e total e catálogo (se for o caso).

2.4.1.1. O envio da proposta formalizada deverá ocorrer, em até 24 horas após a finalização da etapa de lances, para o e-mail: compras@muz.ifsuldeminas.edu.br;

2.4.1.2. O não envio da proposta no prazo estipulado no subitem 2.4.1.1 poderá ocasionar a desclassificação da empresa;

2.5. Poderão ser solicitadas na fase de aceitabilidade, amostras do produto, objeto desta Cotação, que deverá ser entregue, no Setor de Compras, Contratos e Convênios desta Instituição, em até 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, desde que pedido pelo fornecedor e a critério da Administração.

3 FUNDAMENTO LEGAL

3.1 A contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento do material objeto deste Termo de Referência tem amparo legal na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, no inciso IV do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

4 JUSTIFICATIVA

4.1 Quais os motivos que geraram a necessidade da aquisição ou contratação?

O Instituto Federal Sul de Minas Gerais Campus Muzambinho é uma das Escolas-Fazendas da rede Federal de ensino, pesquisa e extensão vinculadas à SETEC (Secretaria de Educação Tecnológica) do MEC (Ministério da Educação) e faz parte da rede de Educação Profissional pública no Brasil. Como Escola Fazenda possui unidades de produção como os Laboratórios de gado de leite e corte que estão aliados ao ensino, pesquisa e extensão. Os animais criados nestes Laboratórios devem ser vacinados contra Febre Aftosa duas vezes ao ano durante os meses de maio e novembro de acordo com a Lei Nº 10.021 de 06/12/89 e Decreto Nº 30.879 de 23/01/90. O Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa tem como estratégia principal a implantação progressiva e manutenção de zonas livres da doença, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal - OIE. A compra desta vacina por meio de processo de dispensa de licitação se faz necessária devido os valores das vacinas somente serem divulgados no início de cada campanha, não havendo tempo hábil para um processo licitatório que demande maior tempo para sua conclusão.

4.2 Quais os objetivos, metas e benefícios a serem atendidos?

Esta solicitação tem como objetivo vacinar todo o rebanho bovino pertencente ao Instituto Federal Campos Muzambinho que estão alojados no Campos Muzambinho e na Fazenda São Sebastião na Cidade de Guaxupé. Sua meta é vacinar todas as categorias de animais tendo como benefício a erradicação da Febre Aftosa no Estado de Minas Gerais e no Brasil.

4.3 Justifique os quantitativos solicitados?

O quantitativo a ser adquirido é o suficiente para vacinar os animais durante a segunda etapa da campanha de vacinação no mês de maio

4.4 Quais os impactos do não atendimento?

O não atendimento a esta solicitação implica em multa, perda da condição de controle, sujeito com isso implicações cabíveis pelo IMA e pode levar o Estado a perder o status de livre de Febre Aftosa com vacinação.

4.5 Foi considerado aspectos sustentáveis na solicitação? Quais?

Sim, pois a identificação da infecção pelo vírus, independente da apresentação de sinais clínicos já é considerada um foco da doença, impedindo a comercialização de animais, produtos e subprodutos de origem de animais susceptíveis para zonas e países livres da doença, sendo que a vacina é a forma mais barata de prevenção de doenças.

5 VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL ESTIMADO

5.1 O valor de referência foi baseado em pré-cotações realizadas no mercado, com valor total estimado em **R\$ 345,24 (TREZENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS)**.

5.2 Foram utilizados três orçamentos como referência para composição dos preços.

6 DA ENTREGA DO OBJETO

6.1 Local e horário para entrega do(s) material(ais), será no Almoxarifado do IFSULDEMINAS-Campus Muzambinho, Estrada de Muzambinho Km 35 – Bairro Morro Preto - Muzambinho/MG – CEP 37890-000, das 7h às 10h30 e das 13h às 16h30 horas, em dias úteis, e, será recebido: (Será recebido somente nas condições exigidas neste Termo de Referência).

6.1.1 Esteja compatível com a Cotação Eletrônica e não exista a cobrança de frete;

6.1.2. Estejam os produtos embalados de acordo com a nota fiscal/empenho, não enviando materiais/produtos de notas fiscais/empenhos diferentes numa mesma embalagem;

6.1.3. Não apresente avaria ou adulteração;

6.1.4. Esteja identificado quanto ao número da Cotação Eletrônica, nome da Empresa, número do item a que se refere e outras informações de acordo com a legislação pertinente;

6.1.5. Será recebido definitivamente: Pelo Requisitante, após o decurso do prazo de observação ou vistoria da quantidade e qualidade dos produtos fornecidos que comprove a adequação do objeto aos termos exigidos, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo.

6.2. Prazo de entrega do objeto:

6.2.1. A Nota de Empenho será emitida no valor total do objeto;

6.2.2. A entrega deverá ser de forma total (na quantidade);

6.2.3 O prazo de entrega de 10 (dez) dias úteis;

6.3. A Licitante vencedora se obriga a cumprir plenamente o previsto no artigo 71 da lei 8666/93 e suas alterações.

7 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

7.1 Os recursos para aquisição do material objeto da presente Cotação Eletrônica, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria.

8 DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento definitivo e pela apresentação do documento fiscal, desde que atendidas às exigências deste Termo de Referência e Cotação Eletrônica Edital e o disposto no item 8.8 da Instrução Normativa nº 05, de 21/07/95, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, mediante crédito em Conta corrente bancária da LICITANTE VENCEDORA, através do Banco do Brasil S/A.

8.2 O documento Fiscal (MATERIAL/CONSUMO) terá que ser emitido obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado para a Habilitação, não se admitindo documento Fiscal emitido com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz.

8.3. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

8.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.6. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.8. Considerar-se-á como último dia útil para pagamento, o de emissão da respectiva Ordem Bancária pelo SIAFI (Sistema da administração Financeira do Governo Federal);

8.9. No pagamento serão observadas as retenções, de acordo com a legislação e normas vigentes, no âmbito da União, Estado e Município.

8.10. Poderá ser deduzido do documento Fiscal o valor de multa aplicada.

8.11. Nenhum pagamento será efetuado à LICITANTE VENCEDORA enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

9 OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR CONTRATADO/ REGISTRADO

9.1 O FORNECEDOR CONTRATADO/ REGISTRADO obriga-se a:

a) Manter, durante a vigência contratual, todas as condições demonstradas para habilitação na Cotação Eletrônica efetuada, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas;

b) Acusar o recebimento do pedido dos materiais, através de fac-símile ou assinatura na cópia do pedido de material caso o mesmo seja entregue "em mão";

c) Fornecer os materiais conforme especificações, marcas e preços indicados na Cotação Eletrônica supracitada;

- d) Obedecer aos requisitos mínimos de qualidade, conforme a Cotação Eletrônica supracitada;
- e) Providenciar no prazo de 10 (dez) dias, a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo responsável por seu recebimento, no cumprimento das obrigações assumidas nesta Cotação Eletrônica;
- f) Prover e manter condições que possibilitem o atendimento das demandas previstas firmadas a partir da homologação da Cotação Eletrônica;
- g) Ressarcir os eventuais prejuízos causados à IFSULDEMINAS-CAMPUS MUZAMBINHO e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas na execução das obrigações assumidas na Cotação Eletrônica;
- h) Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações, e quaisquer outras que forem devidas ao(s) seu(s) empregado(s), referentes à execução do objeto, ficando, ainda, o IFSULDEMINAS-CAMPUS MUZAMBINHO isenta de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária;
- i) Pagar pontualmente, seus fornecedores e suas obrigações fiscais, relativas ao objeto desta Cotação Eletrônica, exonerando a IFSULDEMINAS-CAMPUS MUZAMBINHO de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
- j) Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o item do objeto em que se verificarem vícios, defeitos, avarias pelo transporte ou incorreções resultantes da fabricação, de seus lacres, embalagens, transporte ou que estejam em desacordo com o estabelecido na Cotação Eletrônica e seus anexos, ficando, a IFSULDEMINAS-CAMPUS MUZAMBINHO, isenta de qualquer responsabilidade sobre o custeio dessa correção;
- k) Arcar com todas as despesas operacionais, incluindo despesas de transporte e entregas necessárias ao fornecimento do objeto.
- l) Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidem ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre todos os produtos/materiais contratados;
- m) Todos os dispositivos deste Termo de Referência deverão ser seguidos rigorosamente.

10 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 O IFSULDEMINAS-CAMPUS MUZAMBINHO obriga-se a:

- a) solicitar, o fornecimento do material, cujo preço encontra-se registrado na homologação da Cotação Eletrônica;
- b) efetuar o pagamento ao fornecedor no valor total, através de nota(s) fiscal(is) do produto entregue, se aceito;
- c) observar para que, durante a emissão da Nota de Empenho, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigida na Cotação Eletrônica, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- d) efetuar o pagamento em até 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da(s) nota(s) fiscal(is), correspondente(s) ao(s) fornecimento(s) executado(s);
- e) acompanhar e fiscalizar a perfeita a entrega do material, através de fiscal(is) designado(s) para tal; e
- f) recusar materiais que estejam em desacordo com as especificações registradas neste Termo de Referência e Cotação Eletrônica.

11 MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o fornecedor/adjudicatário que:

12.1.1. não aceitar/retirar a nota de empenho e/ou o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

12.1.2. apresentar documentação falsa;

12.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos na Cotação Eletrônica;

12.1.4. não manter a proposta;

12.1.5. cometer fraude fiscal;

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo;

12.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da realização da Cotação Eletrônica, mesmo após o encerramento da fase de lances.

12.3. O fornecedor/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior e na forma dos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções previstas nos artigos 81 a 88 da Lei 8.666/93, artigo 7º da Lei 10.520/02, no artigo 28 do Decreto 5.450/05 e do artigo 14 do Decreto 3.555/00:

12.3.1. Advertência

12.3.2. Multa:

12.3.2.1. Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), calculada sobre o valor remanescente do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 15 (quinze) dias úteis de atraso na entrega do material caracterizando inexecução parcial; e

12.3.2.2. Compensatória no valor de 10% (dez por cento), sobre o valor remanescente do contrato.

12.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação com a Administração;

12.3.4. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União;

12.3.5. Declaração de inidoneidade;

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Muzambinho/MG, 18 de maio de 2021.

Luiz Fernando de Oliveira
Setor de Compras, Contratos e Convênios

Renato Aparecido de Souza
Diretor Geral

*****ANEXO I*****

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	439505	Vacina, tipo: tríplice inativada, composição: antígenos: o1, a24, c3, forma farmacêutica: emulsão injetável, aplicação : uso veterinário. Vacina contra febre aftosa, conforme legislação brasileira. Frasco de 30 mL (15 doses). OBSERVAÇÃO: A emissão da nota fiscal deverá ser feita de acordo com orientações do médico veterinário	FRASCOS	18	R\$19,18	R\$345,24
VALOR ESTIMADO TOTAL						R\$ 345,24

OBSERVAÇÕES:

Obs. 1: A Cotação Eletrônica destina-se preferencialmente para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, para atendimento do inciso IV do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

Obs. 2: Todos os encargos e frete incluindo a entrega deverão estar inclusos. Local de entrega: Almoxarifado do IFSULDEMINAS-Campus Muzambinho. Estrada de Muzambinho KM 35 – Bairro Morro Preto – Muzambinho/MG – CEP 37890-000. Pedido de esclarecimentos email: compras@muz.ifsuldeminas.edu.br ou pelo telefone: (35) 3571.5101.

Obs. 3: Todos os avisos, esclarecimentos e demais informações da cotação encontram-se disponíveis na página de licitações do IFSULDEMINAS-Campus Muzambinho, <https://www.muz.ifsuldeminas.edu.br/dispensas-e-cotacoes-eletronicas>

Obs. 4: Poderá ser solicitada na fase de aceitabilidade, amostra do produto, objeto desta Cotação, que deverá ser entregue, no Almoxarifado desta Instituição, em até 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, desde que pedido pelo fornecedor e a critério da Administração.

Obs. 5: O produto referente a essa cotação eletrônica é referente a MATERIAL DE CONSUMO, sendo assim, a empresa vencedora deverá no momento da entrega apresentar a NOTA FISCAL DE MATERIAL/CONSUMO referente ao produto.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Renato Aparecido de Souza, DIRETOR GERAL - CD2 - MUZ**, em 18/05/2021 15:36:46.
- **Luiz Fernando de Oliveira, COORDENADOR - FG1 - MUZ - SCCC**, em 18/05/2021 09:36:48.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 18/05/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 148822

Código de Autenticação: 3b1b9952be



Documento eletrônico gerado pelo SUAP (<https://suap.ifsuldeminas.edu.br>)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais